



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



Gabriela Silva Ferreira

Trabalho de mulher na Mina de Morro Velho, século XIX

Mariana

2025

Gabriela Silva Ferreira

Trabalho de mulher na Mina de Morro Velho, século XIX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade

Mariana

2025



FOLHA DE APROVAÇÃO

Gabriela Silva Ferreira

Trabalho de mulher na Mina de Morro Velho, século XIX.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovada em 17 de março de 2025.

Membros da banca

Prof Dr. Francisco Eduardo de Andrade - Orientador, Universidade Federal de Ouro Preto.
Prof. Dr. Rafael de Freitas e Souza - Instituto Federal Sudeste, Minas Gerais.

Prof. Francisco Eduardo de Andrade, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Eduardo de Andrade, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/06/2025, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0929454** e o código CRC **09208291**.

Às mulheres mineradoras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em especial ao corpo docente do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), por ter sido o espaço fundamental de minha formação intelectual e pessoal, e cujas ladeiras e histórias inspiraram esta pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade, expressei minha mais profunda gratidão. Sua orientação segura, leituras atentas e questionamentos pertinentes foram essenciais para transformar uma ideia inicial em um trabalho consistente. Agradeço por me incentivar a olhar para as fontes com a sensibilidade que o tema exigia.

Estendo meus agradecimentos ao Prof. Dr. Rafael de Freitas e Souza, pela leitura crítica e generosa. Suas observações e sugestões foram cruciais para o aprimoramento e a clareza da versão final deste estudo.

À minha família, meu alicerce. Ao meu pai, Ernani Gomes Ferreira, pelo apoio incondicional e pela sabedoria transmitida em tantos momentos. À minha mãe, Vera Lúcia Silva Ferreira, por seu amor constante, dedicação e por ser meu maior exemplo de força e resiliência. Ao meu irmão, Max Willian Ferreira, agradeço a lealdade, o companheirismo e as pausas necessárias nesta caminhada.

Aos meus amigos, que tornaram a jornada acadêmica mais leve e significativa. Em especial, agradeço a Antonio Francisco, Monise Cardoso, Rafael Hordones, Alisson Damascena, Leandro Maciel, Wanderson Calixto e José Moraes, pelo companheirismo, pelas conversas, pelo incentivo nas horas de dificuldade e pela celebração de cada conquista. Estendo minha gratidão a todos os meus colegas da graduação, cuja convivência e troca de ideias enriqueceram imensamente esta experiência. Vocês foram essenciais.

*Enquanto as minas ocultam riquezas sob a terra,
a verdadeira fortuna reside naquelas que
transformam suor em sustento e luta em História.*

(Gabriela Silva Ferreira)

RESUMO

Este artigo investiga a ocupação feminina na *Mina de Morro Velho* ao longo do século XIX, explorando a mineração sob uma perspectiva de gênero. A pesquisa baseia-se em relatórios anuais da *Saint John d'El Rey Mining Company* (1835-1885) e em relatos de viajantes, como Richard Burton e Marianne North, para examinar o papel ocupacional das mulheres em um ambiente laboral majoritariamente masculino. As funções desempenhadas por mulheres, suas condições de trabalho, vida e saúde são analisadas, revelando que, embora essencial para o funcionamento da mina, o trabalho feminino foi frequentemente marginalizado nos registros oficiais, sendo associado a atividades consideradas secundárias, como a lavagem e transporte de minérios. A marginalização desse trabalho nos registros oficiais pode ter influenciado as análises históricas sobre a *Mina de Morro Velho*, evidenciando a necessidade de revisitar essas narrativas sob uma perspectiva que integre a dimensão de gênero.

Palavras-chave: Trabalho Feminino; Gênero e Escravidão; Morro Velho; História Social do Trabalho.

ABSTRACT

This article investigates female occupation at the *Morro Velho Mine* throughout the 19th century, exploring mining from a gender perspective. The research is based on annual reports from the *Saint John d'El Rey Mining Company* (1835-1885) and accounts by travelers such as Richard Burton and Marianne North to examine the occupational role of women in a predominantly male work environment. The functions performed by women, their working conditions, life, and health are analyzed, revealing that although essential to the mine's operation, female labor was often marginalized in official records, being associated with activities considered secondary, such as ore washing and transportation. The marginalization of this work in official records may have influenced historical analyses of the *Morro Velho Mine*, highlighting the need to revisit these narratives through a perspective that integrates gender dimensions.

Keywords: Female Labor; Gender and Slavery; Morro Velho; Social History of Labor.

SUMÁRIO

Introdução	9
A mulher no contexto da mineração	11
Controle da população escravizada: casamento e procriação	20
Saúde das mulheres em <i>Morro Velho</i>	25
Considerações finais	28
Referências	29

Introdução

A participação das mulheres na mineração do século XIX, especialmente em empreendimentos estrangeiros como *Morro Velho*, permanece um tema pouco explorado pela historiografia. Embora estudos sobre a escravidão e o trabalho nas minas tenham avançado significativamente, as dinâmicas de gênero e a participação feminina nesse contexto ainda são frequentemente negligenciadas. Este artigo busca ampliar essa discussão, investigando o trabalho das mulheres na *Mina de Morro Velho*, operada pela *Saint John d'El Rey Mining Company*. A pergunta central que orienta esta pesquisa é: como as mulheres — escravizadas e livres — participaram da força de trabalho da mina e de que maneira suas experiências foram moldadas pelo gênero.

A *Mina de Morro Velho*, localizada em Nova Lima (Minas Gerais)¹, foi um dos empreendimentos mais lucrativos do Brasil imperial. Adquirida por investidores britânicos em 1834, a mina destacou-se pela introdução de tecnologias avançadas e pela dependência do trabalho escravo, incluindo mulheres e crianças. Ao longo do século XIX, a empresa expandiu suas operações, adquirindo outras minas na região e modernizando suas instalações.² A empresa tornou-se uma das mais importantes do setor minerador no Brasil, destacando-se pela eficiência e introdução de práticas administrativas modernas. No entanto, sua dependência do trabalho escravo e as duras condições de trabalho geraram críticas, especialmente de grupos abolicionistas britânicos. Segundo Ebenezer Pereira Couto (2003), a presença inglesa perdurou até 1957, quando o controle foi transferido para acionistas brasileiros, culminando na criação da *Mineração Morro Velho* em 1960. Diante da defasagem tecnológica na década de 1970, a empresa buscou parceria com a *Anglo American Corporation* em 1975, resultando em investimentos e transferência de tecnologia. Atualmente denominada *AngloGold Ashanti*, com participação de capital canadense e sul-africano, a mineração integra a formação histórica de Nova Lima, destacando-se pela exploração do ouro e pela evolução do capital inglês no século XIX (Couto, 2003). Apesar de sua importância econômica e social, a produção historiográfica

¹ Segundo Waldemar de Almeida Barbosa (1971), o Distrito de Congonhas do Sabará foi criado pela Lei Provincial nº 50, de 8 de abril de 1836. Posteriormente, a freguesia de Congonhas do Sabará foi elevada à categoria de vila com a criação do município, desmembrado de Sabará, por meio do Decreto nº 361, de 5 de fevereiro de 1891, passando a chamar-se Vila Nova de Lima. A localidade adquiriu sua denominação atual, Nova Lima, com a promulgação da Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923.

² Libby (1984, p. 15) destaca que as companhias mineradoras europeias, como a *Morro Velho*, exerceram um impacto modernizador na economia mineira ao introduzirem processos industriais avançados, baseados em técnicas da Inglaterra e da Alemanha, que transformaram a produção e impulsionaram o desenvolvimento econômico da região.

existente privilegiou análises técnicas e administrativas, relegando a atuação feminina a um plano secundário. Autores como Douglas Libby (1984) e Marshall Eakin (1989) abordaram aspectos econômicos e sociais da mineração, mas exploram pouco as especificidades do trabalho das mulheres, situando suas ocupações como secundárias.³

A historiografia sobre gênero e trabalho, por sua vez, tem avançado significativamente nas últimas décadas, graças a contribuições como as de Joan Scott (1995). Scott defende o gênero como uma categoria analítica essencial para desvendar hierarquias sociais, argumentando que a divisão sexual do trabalho não é natural, mas sim uma construção histórica que legitima desigualdades. No entanto, essa perspectiva ainda não foi plenamente aplicada ao estudo da mineração no Brasil, especialmente em contextos como o de *Morro Velho*, onde a interseção entre gênero, classe e escravidão cria camadas complexas de análise.

Em 1995, a historiadora Silvia Lara já destacava a exclusão de escravizados e libertos nas análises da História Social do Trabalho, apontando seu “apagamento como trabalhadores” nos estudos pós-1888 (Lara, 1995, p. 45). A autora incentivou a retomada de pesquisas a partir do século XIX, visando uma análise mais complexa das experiências dos trabalhadores antes e após a abolição.

Alguns estudos mais recentes começaram a abordar diferentes aspectos da mineração na companhia inglesa, contribuindo para a compreensão da dinâmica do trabalho na *Mina de Morro Velho*. Yonne de Souza Grossi (1981) foi uma das primeiras a examinar a formação da classe operária e as condições de trabalho em Minas Gerais, com destaque para a organização dos trabalhadores e as doenças ocupacionais, como a silicose. Matt Childs (2003) trouxe uma importante análise sobre as relações de poder entre senhores e escravizados na mina, investigando os rituais disciplinares e as estratégias de resistência dos trabalhadores. Maia (2014) aprofundou a discussão sobre as condições laborais na mineração, especialmente no que se refere aos impactos da silicose na saúde dos operários. Mais recentemente, Henrique Ré (2020) analisou as tensões entre o uso de força de trabalho escravizada pela companhia inglesa e o antiescravismo britânico, evidenciando as contradições do empreendimento no contexto da mineração. Embora esses estudos tragam contribuições fundamentais para o entendimento da história da mina, a atuação feminina nesse espaço ainda permanece um campo a ser explorado.

³ Esses autores abordam a presença das mulheres em *Morro Velho*, mas descrevem seu trabalho na superfície como “auxiliar”. Essa perspectiva, no entanto, pode obscurecer a importância dessas atividades para a operação da mina. O trabalho feminino na superfície — incluindo o transporte de minério, a manutenção de equipamentos e o apoio logístico — era fundamental para a eficiência das operações, configurando-se como uma peça-chave na cadeia produtiva, mesmo que não ocorresse no subsolo.

Este artigo propõe uma abordagem interdisciplinar, combinando os estudos de gênero e história do trabalho, para reconstruir as experiências das mulheres na *Mina de Morro Velho* e analisar as hierarquias de gênero que permeavam esse espaço. Para tanto, foram analisadas fontes como relatórios da companhia, registros médicos e relatos de viajantes, que permitem identificar a presença feminina e compreender as condições de trabalho impostas às mulheres. O período de — 1835 a 1885 — abrange o auge da exploração britânica na mina e o declínio gradual da escravidão, oferecendo um panorama das transformações nas dinâmicas de gênero e trabalho durante esse período.

O estudo está organizado em três seções. A primeira seção aborda as ocupações das mulheres, com foco na divisão sexual do trabalho e suas implicações. A segunda parte aborda as condições de vida das mulheres, analisando os desafios e particularidades de sua experiência no contexto das estratégias de controle adotadas pela companhia sobre a população escravizada. Por fim, a terceira seção discute a saúde das mulheres, examinando como as práticas e políticas relacionadas a esse aspecto refletiam e reforçavam hierarquias sociais e de gênero. Ao reconstruir a participação feminina na mineração, este trabalho busca contribuir para a historiografia sobre o trabalho e a escravidão no Brasil e destacar a agência das mulheres em um contexto marcado por profundas desigualdades.

Apesar das limitações — como a escassez de registros detalhados sobre as mulheres, que dificulta a construção de um perfil completo de suas condições de trabalho e saúde —, a análise revelou uma participação feminina significativa em setores-chave da mina, como o transporte de minério e a operação de máquinas. Essas atividades, frequentemente classificadas como “secundárias”, evidenciam que o trabalho das mulheres era fundamental para o funcionamento da mina. Essa interpretação contribui para questionar a noção de que o trabalho feminino era meramente acessório, ressaltando a importância de revisitar as fontes históricas sob uma perspectiva de gênero. Tal abordagem amplia a compreensão das dinâmicas laborais na mineração e fortalece os debates contemporâneos sobre equidade de gênero e justiça social.

A mulher no contexto da mineração

A presença das mulheres nos ambientes mineradores sempre foi marginalizada e, muitas vezes, malvista.⁴ Um dos principais desafios ao estudar a participação feminina na mineração

⁴ Vários estudos discutem as superstições relacionadas à presença feminina na mineração. Cherry (2002, p. 160) investiga a crença, presente na cultura japonesa, de que a deusa da montanha sentiria ciúmes diante da presença de mulheres nas minas. Bartoletti (1999, p. 128) explica que, na Pensilvânia, Estados Unidos, acreditava-se que as mulheres poderiam amaldiçoar a mina; caso os trabalhadores encontrassem uma mulher a caminho do trabalho,

é a forte percepção social desse setor como um espaço exclusivamente masculino, o que contribui para a invisibilização histórica das mulheres nesse contexto. Como destaca Renato Carola (2002) em *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*, a memória coletiva tende a celebrar o trabalho masculino, enquanto o papel das mulheres é apagado ou reduzido a funções secundárias.

No entanto, sua atuação na exploração mineral remonta a períodos muito anteriores à modernidade. Frequentemente, o trabalho feminino na mineração foi marginalizado ou relegado a funções consideradas “menores”, como ocorreu com as “escolhedeiras” de carvão em Santa Catarina, que, apesar de trabalharem por décadas nas minas, não eram reconhecidas como parte essencial do processo produtivo. Essa marginalização está relacionada não apenas a uma hierarquização de gênero, mas também a superstições e preconceitos que associam a presença de mulheres nas minas ao azar ou à interrupção da produção (Carola, 2002). Em *Morro Velho* e em contextos como o do Mato Grosso, estudos indicam que as mulheres eram frequentemente designadas para tarefas específicas, como a lavagem e a seleção de minérios, atividades vistas como “menos perigosas” ou “menos importantes”, mas que, na prática, eram fundamentais para a continuidade das operações.

O trabalho feminino na mineração foi uma realidade documentada por diversos viajantes estrangeiros que passaram por Minas Gerais. Esses observadores relataram a presença de mulheres — escravizadas, libertas e livres — desempenhando funções essenciais, como o transporte de minério, a lavagem da areia aurífera e a operação de equipamentos rudimentares. Embora frequentemente categorizado como “secundário”, o trabalho das mulheres era fundamental para o funcionamento das minas, exigindo habilidade, resistência e vigilância. Hasenclever (1839) descreve que “muitas negras trocam de tempo em tempo os tecidos por outros que são lavados em grandes gamelas com tampas trancáveis. O trabalho de moagem e lavagem segue dia e noite e, de tanto em tanto tempo, as gamelas são levadas à casa de lavagem.” Segundo Alves (2014, p. 12), relatos como os de Hasenclever em Gongo-Soco destacam a participação feminina e as condições controladas e restritas em que essas mulheres trabalhavam.

Além das representações visuais de artistas como Rugendas e Debret, relatos escritos de viajantes estrangeiros também destacam a participação das mulheres na mineração artesanal no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Um exemplo notável é o registro do naturalista inglês Charles

retornavam para casa e refaziam o trajeto, tamanha era a crença no mau agouro. Gibbon (1995, p. 176) destaca que, em países africanos como a Tanzânia, essas superstições também são difundidas, associando a má sorte à menstruação das mulheres.

Bunbury (1943), que, na década de 1830, descreveu o trabalho das mulheres escravizadas na mina de Gongo Soco. Segundo ele, a lavagem da jacutinga nas bateias era uma tarefa predominantemente feminina, realizada com “notável perícia e paciência”. Essa observação não apenas evidencia a habilidade das mulheres em atividades que exigiam precisão e atenção, como reforça a divisão sexual do trabalho nas regiões mineradoras, onde tarefas que demandavam maior delicadeza e minúcia eram frequentemente atribuídas a elas.

A dinâmica descrita também é observada em estudos como o de Andrade (1996), que analisou o trabalho escravo em Catas Altas do Mato Dentro. O autor destaca que, embora os homens fossem designados para atividades que exigiam força física, como a agricultura e a mineração, as mulheres predominavam em ocupações que requeriam habilidade e precisão, como o artesanato têxtil e a mineração artesanal. Andrade (1996) sugere que essa divisão seguia critérios semelhantes aos das regiões plantacionistas, nas quais as mulheres eram frequentemente encarregadas de tarefas que demandavam atenção meticulosa. Essa lógica também se aplicava a *Morro Velho*, onde a presença feminina na mineração era marcada por sua expertise em atividades como a lavagem de minérios, consolidando seu papel essencial na economia mineradora.⁵

A *Saint John d'El Rey Mining Company* desenvolveu um sistema de trabalho que combinava escravizados, assalariados nativos e europeus. O aproveitamento de escravizados em todos os setores produtivos da companhia, exceto nos cargos administrativos, foi comprovado por Libby (1988, p. 326). Mulheres escravizadas, embora em menor número, integraram a força de trabalho desde a fundação da empresa em 1830.

O naturalista escocês George Gardner viajou pelo Brasil entre 1836 e 1841, com o objetivo de estudar a fauna, a flora e os recursos naturais do país. Inicialmente, sua passagem por *Morro Velho* seria de apenas três dias, mas o naturalista acabou estendendo sua estadia por um mês, fascinado pelas atividades locais, especialmente as relacionadas à mineração. Durante esse período, Gardner teve a oportunidade de observar e registrar detalhadamente o processo de beneficiamento do minério. Em suas anotações, ele descreveu:

⁵ No estudo *Mulheres escravas e forras na mineração no Brasil, século XVIII*, Júnia Furtado (2020) analisa a participação feminina na economia mineradora, destacando que mulheres escravizadas e libertas desempenharam papéis significativos nesse contexto. A autora demonstra que, além de atuarem em atividades como a lavagem de minérios — tarefa que exigia perícia e era essencial para a extração do ouro —, essas mulheres também estavam envolvidas no comércio e na administração de propriedades. Furtado (2020, p. 12-15) ressalta que muitas trabalhavam como vendedoras, cozinheiras e lavadeiras, enquanto outras chegavam a acumular riquezas e gerir negócios, como tavernas. Essa análise contribui para uma compreensão mais ampla da dinâmica econômica e social das regiões mineradoras, evidenciando a importância do trabalho feminino e a complexidade das relações de gênero no período colonial.

O minério é primeiramente removido da matriz por explosão, depois partido por escravos em pequenos pedaços mais ou menos do tamanho das pedras que se põem em estradas macadamizadas, e, finalmente, levado às máquinas de trituração para serem reduzidos a pó; esta máquina consiste em um certo número de hastes perpendiculares postas em filas com grandes barras de ferro presas à parte inferior; estas hastes, erguidas alternadamente até certa altura por um cilindro dentado, movido por grande roda d'água, caem sobre as pedras e as reduzem a pó. Uma pequena corrente d'água que se faz correr continuamente sobre elas leva a matéria pulverizada a uma plataforma de madeira (*strakes*), levemente inclinada e dividida em compartimentos rasos, de quatorze polegadas de largura, com o comprimento de um a vinte e seis pés; o fundo de cada um destes compartimentos é forrado de couro curtido, de três pés de comprimento por dezesseis polegadas de largura; estes couros ainda conservam os pelos, entre os quais se depositam as partículas de ouro, ao passo que a matéria terrosa, por ser mais leve, é carregada pela água. A maior parte do ouro se reúne nos três couros de cima, que se trocam de quatro em quatro horas, ao passo que os de baixo só se trocam de seis em seis ou oito em oito horas, conforme a riqueza do minério. A areia levada pela água dos couros de cima é colhida e amalgamada com azougue em barris, ao passo que a dos couros de baixo é levada ao lavadouro e concentrada sobre as plataformas (*strakes*) de construção semelhante às máquinas de moer, até que se torne suficientemente rica para ser amalgamada com a dos couros de cima. Os barris em que esta rica areia é misturada com azougue são movidos por água e o processo de amalgamação completa-se geralmente em quarenta e oito horas; quando é daí tirado, o amálgama separa-se do ouro por sublimação (Gardner, 1942, p. 413).

Essa descrição expõe o método empregado à época e possibilita a análise das transformações nos processos produtivos desse complexo de exploração mineral ao longo do século XIX. Embora Gardner não mencione a participação feminina em seu relato, este artigo, à semelhança de outros estudos, evidenciou a presença de mulheres nos processos de redução do minério realizados na superfície.

A tabela abaixo, extraída do relatório anual de 1867 da companhia, apresenta a composição da força de trabalho na estação de redução, segmentada por categorias ocupacionais, status (livres, escravizados, crianças) e gênero. Os valores numéricos indicam, provavelmente, trabalhadores-equivalente por tarefa ou dias de trabalho, refletindo a distribuição da mão de obra.

Tabela 1 – Divisão do trabalho por gênero e idade na *Mina de Morro Velho* (1867)⁶

Ocupações	Livres - Homens	Livres - Mulheres	Escravos - Homens	Escravos - Mulheres	Crianças - Meninos	Crianças - Meninas
<i>Spallers</i>	–	15.75	–	139.00	–	–
<i>Trammers</i>	–	6.50	2.08	16.88	–	–

⁶ Os números decimais apresentados na tabela representam, provavelmente, a média de "trabalhadores-equivalente" por dia ou a soma de dias de trabalho alocados para cada função durante o período do relatório. Essa era uma prática comum em relatórios de companhias para padronizar a contabilidade da mão de obra, que não era fixa.

Ocupações	Livres - Homens	Livres - Mulheres	Escravos - Homens	Escravos - Mulheres	Crianças - Meninos	Crianças - Meninas
<i>Killas Carriers</i>	–	3.42	3.50	27.00	–	–
<i>Praia</i>	0.58	3.50	2.00	39.50	–	–
<i>Varius</i>	–	–	–	4.58	–	–
<i>Scoring Cars</i>	0.58	–	2.58	1.58	–	–
<i>Stamps</i>	–	2.00	26.50	54.08	–	–
<i>Arrastres</i>	–	–	9.50	5.58	–	4.92
<i>Extra Strakes</i>	–	–	1.00	6.58	–	1.25
<i>Amalgamation House</i>	–	0.93	3.00	12.00	1.00	–
<i>Tannery</i>	–	–	3.00	1.00	–	–
<i>Praia</i>	1.93	1.00	20.16	19.16	–	–
<i>Absent on Leave</i>	–	–	–	3.25	–	–
<i>Sick</i>	–	–	7.58	14.65	–	–
<i>Convalescent</i>	–	–	2.33	4.16	–	–

Fonte: reprodução da lista de redução *Saint John d'El Rey Mining Company*, Annual Report 1867.

A análise da força de trabalho na *Mina de Morro Velho*, em 1867, evidencia uma divisão rigorosa estruturada por gênero, idade e condição social. Homens adultos, livres e escravizados, desempenhavam funções como operação de máquinas (*stamps*) e transporte pesado (*killas carriers*), enquanto mulheres adultas, em sua maioria escravizadas, concentravam-se em atividades como a quebra de pedras (*spallers*), com 139 trabalhadoras, e o transporte de minério em cestos, tarefa que exigia resistência física. Meninas, cuja faixa etária exata não é especificada nos registros, aparecem em setores como *arrastres* (4.92) e *extra strakes* (1.25), evidenciando a exploração precoce do trabalho infantil, especialmente entre escravizadas. A predominância de meninas em relação a meninos sugere uma dinâmica de gênero que privilegiava a mão de obra feminina mesmo entre as crianças.

As ocupações estavam rigidamente segmentadas. No departamento de redução, espaço central para o processamento do minério, mulheres escravizadas exerciam funções essenciais. Além de atuarem como *spallers*, trabalhavam como *trammers* (16.88 mulheres) no transporte de materiais e operavam moinhos de estampagem (*stamps*), com 54.08 registros. Rafael de Freitas e Souza (2009), ao estudar a mina da Passagem, em Mariana, destacou que o departamento de redução era “o espaço feminino por excelência nas minas inglesas”, afirmação

aplicável a *Morro Velho* (Souza, 2009, p. 179). A estação de estilhaçamento, onde as mulheres utilizavam martelos de peso médio para reduzir uma quantidade fixa de minério conforme a produção semanal, empregava mais de 200 escravas e operárias até 1870 (Libby, 1984, p. 121).

O trabalho feminino em *Morro Velho* desempenhava um papel central na sustentação das operações da companhia, especialmente em períodos de crise. Quando acidentes ou interrupções na produção do subsolo ocorriam, como no incêndio de 1867, as atividades desempenhadas pelas mulheres na etapa de redução do minério permaneciam em funcionamento. Isso permitia à empresa continuar extraíndo ouro residual, garantindo a manutenção de suas operações em um nível considerado “autossustentável”, conforme relatórios anuais da companhia. A resiliência desse trabalho evidencia sua importância estratégica para a continuidade da produção mesmo em contextos adversos.

Além disso, a companhia enfrentava desafios crônicos na oferta de mão de obra. Embora utilizada, a força de trabalho livre era frequentemente escassa e pouco confiável, com registros de altas taxas de absentismo entre esses trabalhadores, que se ausentavam com regularidade. Essa instabilidade tornava ainda mais crucial o papel das mulheres escravizadas, cuja atuação na etapa de redução do minério era constante. Diante das inconsistências da mão de obra livre, a companhia dependia desse contingente feminino, que representava uma alternativa mais econômica.⁷ Sem a contribuição essencial dessas mulheres, a continuidade das operações em *Morro Velho* seria significativamente menos eficiente e lucrativa.

Outro aspecto relevante é a interdependência entre o trabalho no subsolo e o de redução. O sucesso da empresa dependia do alinhamento eficiente dessas etapas: a extração de grandes volumes de minério no subsolo seria insuficiente sem a capacidade do departamento de redução, majoritariamente composto por mulheres, de processá-lo de forma eficaz até a obtenção do ouro. O trabalho feminino, portanto, não se limitava a uma função complementar, mas era fundamental para a conclusão do ciclo produtivo e a conversão da extração em resultados concretos para a companhia.

Essa dependência do trabalho feminino revela contradições: embora essenciais, as mulheres eram invisibilizadas nas narrativas oficiais. Suas funções, classificadas como “secundárias”, envolviam esforço físico intenso, como carregar pedras na cabeça ou lavar

⁷ Estudos como os de Soares (1996) e Dias (2013) corroboram a ideia de que as mulheres escravizadas constituíam uma força de trabalho mais econômica em comparação aos homens escravizados. Soares (1996, p. 58) observa que, mesmo em atividades urbanas, como no caso das ganhadeiras de Salvador, as mulheres escravizadas recebiam remuneração significativamente inferior à dos homens. Dias (2013, p. 362) destaca que, no mercado de escravos, o valor das mulheres era cerca de 20% menor, pois eram consideradas menos aptas para trabalhos pesados. Esses fatores evidenciam a dependência de empresas como a *Morro Velho* em relação ao trabalho feminino escravizado, que, além de constante, era mais barato e, portanto, mais rentável.

minérios por longas horas, atividades descritas pelo superintendente Charles Herring em 1835 como “transporte feito por garotas negras ao longo de um estágio louco”.⁸ Apesar das limitações das fontes, que fragmentam suas histórias, os dados quantitativos e relatos de viajantes como Richard Burton e Marianne North evidenciam que a mineração no século XIX dependia do trabalho feminino, além de reproduzir hierarquias de gênero e raça que reverberam até os dias atuais.

A introdução de tecnologias, como a estrada de bonde em 1840, transformou as funções das mulheres. Antes responsáveis pelo transporte de minério em cestos — tarefa árdua e essencial —, elas passaram a operar vagões que carregavam até uma tonelada de material. O superintendente destacou a eficiência desse sistema: “cada carroça contém uma tonelada, administrada por uma mulher”.⁹ A ferrovia secundária construída em 1844, com 128 pés de extensão, foi planejada para que “duas negras pudessem colocar um vagão com 16 pés cúbicos de pedra nos selos em 5 minutos”.¹⁰ Quando Gardner esteve em *Morro Velho*, ressaltou: “uma tonelada de minério produz de três a quatro oitavas portuguesas de ouro; mas frequentemente produzia até sete oitavas. No momento de minha visita, reduziam-se a pó de quinze a dezesseis toneladas por mês” (Gardner, 1942, p. 414).

Essa mecanização não dispensou o trabalho feminino, mas exercia pressão sobre o departamento de redução, exigiu adaptação a novas funções, como o controle de velocidade e fluxo de máquinas. Apesar das inovações, as condições de trabalho permaneciam extenuantes. A instalação de britadores de pedra em 1868 reduziu parcialmente a carga física, mas relatórios indicam que o trabalho continuava desgastante: “a tarefa e o trabalho das mulheres [...] foram um pouco mais leves que no ano passado”.¹¹

Um aspecto notável foi a capacidade das mulheres de operar máquinas complexas, como britadores de pedra. Essa habilidade técnica, frequentemente negligenciada nos registros, desafia a concepção de que seu trabalho era “não qualificado”. Embora o desenvolvimento tecnológico contemporâneo tenha possibilitado a inserção feminina em atividades tradicionalmente vistas como pesadas, no século XIX, em *Morro Velho*, esse progresso resultou na perda de postos de trabalho anteriormente ocupados por mulheres. Em vez de ampliar sua participação, o avanço técnico reforçou a exclusão feminina, reclassificando suas funções como auxiliares, embora essas atividades fossem essenciais para a exploração aurífera.

⁸ Saint John d’El Rey Mining Company, 1835, p. 9.

⁹ Saint John d’El Rey Mining Company, 1840, p. 37.

¹⁰ Saint John d’El Rey Mining Company, 1844, p. 29.

¹¹ Saint John d’El Rey Mining Company, 1868, p. 33.

A introdução de máquinas como britadores e esteiras mecanizadas na *Mina de Morro Velho*, no século XIX, trouxe avanços tecnológicos, mas também aprofundou contradições sociais. Por um lado, mulheres escravizadas demonstraram notável capacidade de adaptação, operando equipamentos e regulando processos complexos, o que reforçou sua importância para a lucratividade da empresa. Por outro, a mecanização reduziu o número de escravizadas no departamento de redução, transferindo muitas para seções secundárias ou substituindo-as por trabalhadoras livres (Libby, 1984, p. 118). Apesar disso, sua presença permaneceu crucial: em 1878, 68,8% da força de trabalho no setor de redução era composta por mulheres, percentual que caiu para 23,6% em 1924, reflexo da automação e das leis trabalhistas restritivas até os anos 1940 (Eakin, 1989, p. 135).

As mulheres, tanto em *Morro Velho* quanto em outros empreendimentos, não se limitavam a tarefas “secundárias”. Registros da *Imperial Brazilian Mining Association* (1831) mencionam sua atuação no subsolo, embora sem detalhar funções específicas (Libby, 1988, p. 301). Em *Morro Velho*, elas estavam empregadas em diversas ocupações, além das funções diretamente relacionadas à mineração. Registros evidenciam que também estavam empenhadas em atividades como costura e agricultura. No departamento de costura, em 1840, 14 mulheres e meninas confeccionavam uniformes, enquanto em 1867, o viajante Richard Burton descreveu o setor de fiação: “As operárias são moças negras e mulatas, muitas livres, que trabalham por tarefa [...] recebendo 0\$300 a 0\$400 por libra de fiado”.¹² Figuras como Maria Fernandez, enfermeira-chefe, e F. Decarte, governanta, destacam-se nominalmente nos registros, mas suas trajetórias permanecem envoltas em silêncios, simbolizando a invisibilidade imposta às mulheres.¹³ No final da década de 1840, a companhia também empregou mulheres na fabricação de tijolos de adobe, usados na construção do novo hospital e dos alojamentos dos funcionários. Segundo os relatórios, esses tijolos também foram utilizados para revestir o interior da mina.¹⁴

Figura 1 – Mulheres trabalhando no processo de britagem em 1940

¹² Burton, 2001, p. 296.

¹³ Saint John d’El Rey Mining Company, 1840, p. 31.

¹⁴ Saint John d’El Rey Mining Company, 1849, p. 34.



Fonte: Eakin (1989).

A falta de proteção adequada resultava em altos índices de adoecimento entre os trabalhadores. Em 1873, por exemplo, 1.415 escravizados foram atendidos no hospital da empresa, com destaque para casos de abortos e doenças uterinas entre as mulheres. O médico da companhia atribuía parte desses problemas à “redistribuição da força para trabalhos novos”, que expunha os escravizados a riscos desconhecidos e condições insalubres. Esses dados constam no *Relatório Médico*, que integra os relatórios anuais da *Saint John d’El Rey Mining Company*. Cada relatório anual incluía uma seção médica detalhada, documentando casos de doenças, acidentes e outras ocorrências relacionadas à saúde dos trabalhadores da mina. Esses registros são fontes essenciais para entender as condições de saúde e trabalho na *Mina de Morro Velho* durante esse período.¹⁵

Portanto, a história das mulheres em *Morro Velho* é marcada pela capacidade de adaptação técnica e resistência silenciosa, aspectos que já foram estudados em outros contextos de trabalho feminino. Sua habilidade em operar máquinas e sustentar a produção, mesmo em condições adversas, reforça a importância de seu trabalho na mineração, refutando a noção de que sua atuação fosse “secundária” ou menos relevante. Essas dinâmicas, observadas em pesquisas sobre o trabalho das mulheres em diferentes regiões e períodos, evidenciam que a participação feminina foi fundamental para a manutenção e o sucesso de atividades econômicas historicamente associadas ao trabalho masculino.

A escassa representação das mulheres nos registros históricos da companhia reflete um sistema de exploração que se aproveitava dos corpos negros e femininos para atender aos interesses estrangeiros, especialmente na mineração. Ao revisitar essas fontes sob a ótica das

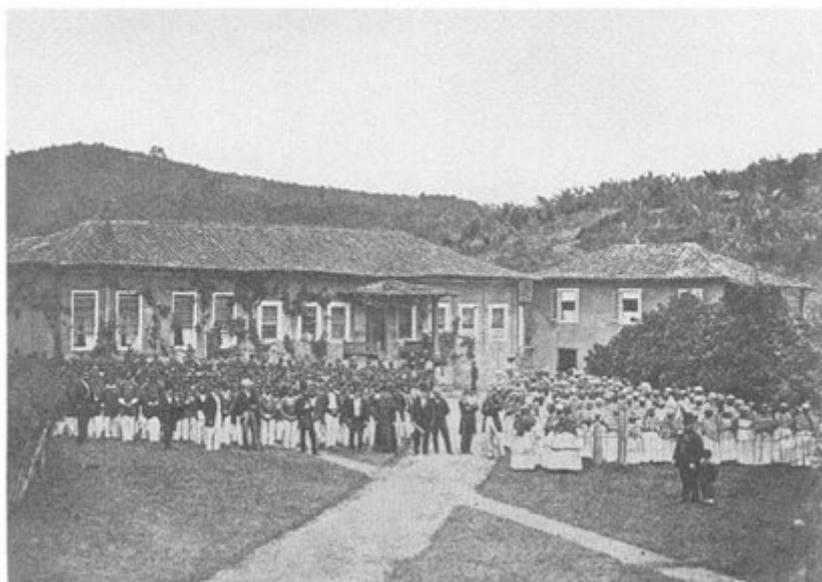
¹⁵ Saint John d’El Rey Mining Company, 1867-1874, p. 71.

relações de gênero, é possível resgatar protagonismos esquecidos e expor as estruturas de desigualdade que permeavam a sociedade da época, destacando a importância de reconhecer essas narrativas para a construção de uma história mais justa e inclusiva.

Controle da população escravizada: casamento e procriação

A *Mina de Morro Velho*, durante o século XIX, representou um centro complexo de exploração do trabalho e foi um ponto de observação de viajantes estrangeiros, como o diplomata britânico Richard F. Burton e a botânica Marianne North. Seus relatos, ricos em detalhes, oferecem uma visão das dinâmicas sociais e laborais da mineração, muitas vezes negligenciadas nos documentos oficiais da companhia.¹⁶ Burton, em *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* (2001), descreve com minúcia a cerimônia de revista, um ritual semanal que envolvia a organização dos escravizados em formações militares. A prática, além de ser um reflexo da disciplina imposta pela companhia, também revelava a divisão entre os que aspiravam à liberdade e os que permaneciam sob o jugo da servidão. O tratamento dado às mulheres, com a simbólica utilização de faixas vermelhas para marcar o tempo de serviço, expõe uma faceta da resistência e da luta por autonomia dentro de um sistema de opressão.

Figura 2 – Cerimônia de revista em 1860



¹⁶ Leite (1996, p. 230) alerta que o uso de relatos de viajantes como fontes primárias em estudos sociológicos, históricos ou antropológicos, sem uma crítica contextualizada em relação ao colonialismo, ao racismo e ao etnocentrismo, pode acabar reproduzindo as mesmas visões que esses trabalhos pretendem superar. Portanto, é essencial relativizar tais fontes, considerando o contexto ideológico e cultural em que foram produzidas.

Fonte: Eakin (1989).

Richard F. Burton, em *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* (2001), descreve com detalhes etnográficos a cerimônia de revista¹⁷, um ritual realizado a cada dois domingos, no qual escravizados eram alinhados em formações militares, vestindo uniformes específicos. As mulheres, lideradas por meninas, usavam saias brancas com faixas vermelhas que simbolizavam anos de serviço: após sete anos de “boa conduta”, uma faixa larga dava lugar a tiras estreitas, prometendo alforria. Burton testemunhou dez mulheres e homens candidatos à liberdade, cujas trajetórias, no entanto, raramente se concretizavam de forma plena.¹⁸

A cerimônia de revista, realizada aos domingos na *Mina de Morro Velho*, era um ritual meticulosamente orquestrado para reforçar hierarquias e disciplinar a força de trabalho escravizada. Matt Childs (2003) analisa essa prática como um mecanismo de controle ambíguo: enquanto distribuía recompensas paternalistas — como roupas, alimentos ou medalhas por “boa conduta” —, mantinha os critérios para alforria intencionalmente vagos. Segundo Childs, “inicialmente a duração entre a indicação para a lista de alforria e a emancipação era de dez anos. Em 1865 a companhia reduziu o período probatório dos indicados à emancipação para sete anos, e em 1878 reduziu novamente para cinco anos” (Childs, 2003, p. 145). Afirma mais:

Desde 1859 o número de escravos colocados na lista de alforriados aumentava de dez a vinte indivíduos a cada ano. O aumento do número de indicados e a redução do período probatório são especialmente significativos porque em 1865 “a Junta observou que teve alguma dificuldade em encontrar pessoas que possuíssem as qualificações necessárias” para serem colocadas na lista de indicações. Com o tempo, o que foi originalmente designado como prêmio pelo reconhecimento de “boa conduta”, se transformou em “encorajamento e estímulo” ao bom comportamento, “mesmo com o risco [...] de se fazer um teste de qualificação menos rigoroso”. Essa mudança refletiu a habilidade dos escravos em assimilar um privilégio paternalista como um direito costumeiro respeitado pelos senhores. Tais mudanças, sem nenhuma razão de mérito aparente, revelam uma tentativa de canalizar o aumento da resistência e da autoafirmação dos escravos para novas reformas durante as últimas décadas da escravidão brasileira. (Childs, 2003, p. 146)

A empresa libertou apenas 191 escravos próprios entre 1830 e 1882, além de 87 alugados da *Companhia Cata Branca*, dos quais cerca de 50 pagaram parcialmente por sua liberdade (Eakin, 1989, p. 35). Paradoxalmente, os escravos que mais se destacavam por obedecer às regras eram os que, ao acumular pequenos privilégios, construía redes de solidariedade e fragilizavam o controle senhorial. Childs (2003) argumenta que a cerimônia não

¹⁷ Segundo Burton, na revista semanal, os escravos respondiam à chamada realizada pelos líderes de seus respectivos grupos. Após a contagem de todos os escravos, o Superintendente, acompanhado pelo Administrador, pelo Assistente dos Negros e dois médicos, percorria os grupos, inspecionando meticulosamente cada indivíduo. A cerimônia de revista, que distribuía alforrias, ocorria duas vezes ao ano, no Natal e no Dia de São João.

¹⁸ Burton, 2001, p. 291.

era tão somente um teatro de dominação, mas também um espaço onde a resistência sutil dos cativos contestava as estruturas de poder, revelando a complexidade das relações escravistas.

A botânica britânica Marianne North, que visitou a mina em 1872, oferece uma perspectiva única — embora contraditória — sobre esse sistema. Em *Recollections of a Happy Life* (1892), North descreve sua surpresa ao encontrar uma empresa inglesa utilizando trabalho escravo, prática já abolida na Grã-Bretanha¹⁹. Ela relata o caso de uma jovem escrava que comprara “dois terços de si mesma” de seu próprio pai, trabalhando à noite como bordadeira para completar o valor da alforria. Esse exemplo, que revela a agência dos escravizados na busca por liberdade, contrasta com sua visão romantizada da escravidão: “não pude ver muito descontentamento [...] se têm comida abundante e roupas alegres, são toleravelmente felizes”.²⁰ Como aponta Gazzola (2008), North projetou sobre os escravizados uma imagem de passividade, ignorando a violência estrutural do sistema.

A ambiguidade de North reflete a dualidade da própria companhia. A *Saint John d’El Rey Mining Company*, apesar de sua retórica civilizatória, dependia do trabalho escravo devido à recusa de trabalhadores livres em se sujeitar às condições brutais. Os relatos de viajantes como North e Burton, embora valiosos como fontes históricas, são marcados por um viés eurocêntrico que distorce a realidade brasileira. Burton, por exemplo, descreve a cerimônia de revista com um fascínio etnográfico, mas omite a violência estrutural que sustentava o sistema escravista. Já North, apesar de criticar a escravidão, romantiza a suposta “felicidade” dos cativos, reforçando uma visão idealizada e simplista de suas condições de vida.

Como analisa Ilka Boaventura Leite (1996) em *Antropologia da Viagem: Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX*, essas narrativas refletem uma perspectiva europeia que tende a exotizar e hierarquizar a realidade local, ignorando as complexidades sociais e culturais do país. Leite argumenta que os viajantes, ao retratarem escravos e libertos, frequentemente reforçavam estereótipos e negligenciavam as formas de resistência e adaptação desses grupos. Essa abordagem superficial e parcial não só perpetuou uma visão distorcida da sociedade mineira oitocentista, como, ainda, contribuiu para a invisibilização das estratégias de sobrevivência e luta desenvolvidas por esses indivíduos no contexto de opressão escravista, além de reforçar estereótipos que legitimavam a dominação britânica. A história da *Mina de*

¹⁹ Apesar da posição oficial britânica contrária à escravidão, a *Companhia de Mineração Morro Velho*, de capital majoritariamente britânico, utilizava mão de obra escrava em suas operações no Brasil. Essa contradição não passou despercebida na Inglaterra. Em 1839, a *British and Foreign Anti-Slavery Society* (Sociedade Britânica e Estrangeira Antiescravidão) enviou um agente ao Brasil para investigar “a condição dos escravos empregados pelas companhias de mineração britânicas no país”. Esse episódio evidencia a complexidade das relações entre os interesses econômicos e os princípios abolicionistas defendidos pela Inglaterra no século XIX.

²⁰ North, 1892, p. 147-148.

Morro Velho, assim, não se resume a tecnologia e lucro, mas à resistência silenciosa de mulheres e homens escravizados, cujas estratégias de sobrevivência desestabilizavam, mesmo que minimamente, as estruturas de opressão.

A cerimônia de revista na *Mina de Morro Velho* reforçava hierarquias e expunha as contradições do sistema escravista. As recompensas em cobs (moedas de cobre) por “boa conduta”, distribuídas pelo superintendente Gordon, faziam parte de uma estratégia de controle que simulava autonomia. Os escravizados podiam gastar os cobs apenas na loja da companhia, e a venda de destilados era limitada para evitar embriaguez — uma forma de moralização que, paradoxalmente, mantinha a produtividade.²¹ Essa ilusão de benefício, somada a incentivos como roupas distintivas e medalhas, criava uma competição entre os cativos, aumentando a eficiência do trabalho. Até crianças eram incluídas no ritual, vestidas “de maneira cômoda e decente”, contrastando com a realidade do trabalho infantil.²²

A empresa organizava a vida dos escravizados com rigor. Homens solteiros eram alojados em quartos coletivos, enquanto mulheres solteiras viviam no “Convento”, trancadas à noite para “evitar comportamentos indesejáveis”. Essa segregação por gênero refletia uma preocupação com a ordem moral, aliada à imposição do catolicismo como ferramenta de controle. Apesar de britânica, a companhia contratou um capelão católico para doutrinar os escravizados, evitando conflitos com a religião dominante no Brasil. No entanto, a relação entre a superintendência protestante e os clérigos católicos era tensa. Em 1861, um sacerdote denunciou ao Imperador Dom Pedro II as interferências do superintendente James Newell Gordon nas práticas religiosas, revelando conflitos sobre castigos físicos, descanso dominical e assistência aos doentes (Souza, 2012, p. 423-437).

Para estabilizar a força de trabalho, a *Saint John d'El Rey Mining Company* promovia casamentos e natalidade. Casais recebiam uma garrafa de vinho e 1\$000 por filho nascido, enquanto mulheres grávidas eram afastadas de tarefas pesadas (Eakin, 1989, p. 220). Na década de 1850, metade dos homens e três quartos das mulheres escravizadas eram casados, muitos com pessoas livres — um índice incomum no Brasil escravista (Eakin, 1989, p. 220).

Burton descreve cerimônias de batizado, nas quais mães recebiam “um mil-réis, uma garrafa de vinho e um conselho do superintendente”, enquanto exibiam “colares de ouro”. No entanto, a política pronatalista tinha um custo brutal. Em 1867, para cada 16 nascimentos, havia 32 mortes de escravizados no hospital da companhia. Mães eram pressionadas a retornar ao

²¹ Burton, 2001, p. 292.

²² Burton, 2001, p. 294.

trabalho, negligenciando filhos mais velhos, e a alta mortalidade infantil refletia a falta de cuidados. Como observou Burton²³: “a escrava jovem diz: ‘para que uma cativa quer filhas?’ Em *Morro Velho*, ao contrário, as negras desejam ter filhos, porque são temporariamente afastadas do serviço”.²⁴

As posturas da *Saint John d’El Rey Mining Company* revelam um cálculo econômico disfarçado de paternalismo. Ao promover casamentos e natalidade, a empresa garantia uma força de trabalho autorreproduzível, reduzindo custos com a compra de escravizados. As cerimônias de revista e a imposição religiosa serviam para disciplinar corpos e mentes, enquanto as recompensas simulavam autonomia. No entanto, as ações dos escravizados — como a jovem que bordava à noite para comprar alforria ou as mães que negociavam breves afastamentos — mostram que a resistência coexistia com a opressão. A *Mina de Morro Velho*, assim, foi um palco de contradições: um espaço onde a violência da escravidão convivia com a astúcia daqueles que, mesmo acorrentados, encontravam fissuras para afirmar sua humanidade.

Conforme Burton, “as mulheres grávidas são afastadas do trabalho e encaminhadas ao hospital no quarto mês. Depois do internamento, são liberadas do trabalho pesado e, algumas vezes, só trabalham metade do ano, no departamento de costura”.²⁵ Todas essas concessões da administração da companhia às mulheres gestantes demonstram o interesse da empresa na manutenção do sistema de controle escravista e de sua força de trabalho em particular, entrando em contraste com as práticas do setor agrícola, no qual as mulheres eram obrigadas a continuar desempenhando funções mesmo em estágios avançados da gestação, sem serem liberadas de atividades laborais exigentes. Conforme destacado por Machado (2018, p. 296), há registros históricos que evidenciam mulheres realizando tarefas pesadas pouco antes do parto, além de relatos de casos em que deram à luz no campo enquanto carregavam cargas excessivas. Tais situações, segundo a autora, não eram incomuns no Brasil em diferentes contextos temporais e regionais.

Quanto aos cuidados com as crianças, a percepção de Burton (1869) confronta-se com a de Marianne North que afirma que as escravizadas tratavam sua prole como “uma espécie de mercadoria que [...] não tinha mais valor”.²⁶ Enquanto Burton observa que “as criancinhas,

²³ Os índices de natalidade pouco expressivos registrados em *Morro Velho* contradizem a afirmação de Burton de que as mulheres negras desejavam ter filhos. Essa discrepância sugere que outros fatores, como as condições de vida, o trabalho extenuante ou políticas da companhia, podem ter influenciado as taxas de natalidade, colocando em questão a generalização proposta por Burton.

²⁴ Burton, 2001, p. 294.

²⁵ Burton, 1869, p. 296.

²⁶ North, 1875, p. 148.

entregues aos cuidados de uma velha, brincam em um amplo telheiro na praça do povoado de Boavista”.²⁷ North relata:

Todos os bebês nascidos eram livres, a consequência disso era que as mães não cuidavam mais deles, pois diziam que agora não valiam nada! Nos “bons velhos tempos”, quando os bebês negros eram artigos vendáveis, os senhores costumavam cuidar deles adequadamente; e as mães não viam por que deveriam se incomodar com eles agora.²⁸

O comentário de North demonstra um olhar insensível, típico de estrangeiros que observaram a população escravizada. Contudo, as tradições africanas contradizem essa perspectiva. Como explica Machado (2018, p. 296):

Para as mulheres africanas ou afrodescendentes, ter filhos era também um fato positivo, sinal de abundância e prosperidade. Famílias grandes eram consideradas bênçãos nas sociedades camponesas africanas, e nada nos faz pensar que tal concepção tivesse mudado na escravidão. Produzir laços de afeto e cuidado, criar os filhos, foi sempre uma forma de resistir ao endurecimento da escravidão.

A *Mina de Morro Velho* exemplifica como o controle sobre a população escravizada foi aprofundado por meio de estratégias que envolviam a regulamentação da procriação e o casamento, práticas paternalistas que visavam garantir a continuidade da exploração. A promoção de casamentos e a valorização da natalidade eram parte de uma lógica empresarial que procurava assegurar a perpetuação da força de trabalho sem os custos associados à compra de novos cativos. Contudo, essa política de incentivo à reprodução não foi desprovida de violência, uma vez que as condições de vida e trabalho dos escravizados, particularmente das mulheres, eram desumanas. O controle sobre os corpos, exemplificado pela cerimônia de revista e pelas imposições sobre a maternidade, reflete o caráter brutal da escravidão.

Saúde das mulheres em *Morro Velho*

Desde 1838, a *Companhia Morro Velho* já oferecia serviços de saúde. O hospital da empresa, construído em 1848, contava com 60 leitos e era um dos mais bem equipados da província. O departamento médico era composto por até dois médicos ingleses, enfermeiras inglesas e assistentes negros. Os relatórios médicos da companhia são uma valiosa fonte para investigar as condições de saúde da população escravizada, abordando doenças ocupacionais, dados de nascimentos e óbitos, além de discriminar as ocupações dos pacientes.²⁹

²⁷ Burton, 1869, p. 296.

²⁸ North, 1875, p. 148.

²⁹ Saint John d'El Rey Mining Company, 1842-1874.

Ao analisar esses registros, percebe-se que o número de partos era maior entre escravizadas alugadas pela companhia, o que pouco contribuía para ampliar o quadro de escravizados pertencentes à empresa. Conforme evidenciado na Tabela 2, entre 1842 e 1874, os partos de mulheres alugadas superaram significativamente os de escravizadas da própria companhia, especialmente após 1867.

Tabela 2 – Número de partos registrados em *Morro Velho* (1842-1874)

Ano	Companhia	Alugados	Total
1842	13	1	14
1867	4	32	36
1868	4	18	22
1869	7	23	30
1871	3	22	25
1871/2	6	27	33
1873	14	15	29
1874	13	7	20

Fonte: dados extraídos de relatórios anuais da Saint John D’el Rey Mining Company, 1842-1874.

É interessante notar que, após a instituição da Lei do Ventre Livre (1871), o número de nascimentos entre escravizados pertencentes à *Companhia Morro Velho* sofre um pequeno aumento. Conforme a lei, não nasceriam mais escravizados no território brasileiro, o que levanta questionamentos sobre a motivação desse aumento. Especula-se se seria uma atitude consciente das escravizadas, considerando que conceber filhos condenados à escravidão (até a maioridade, conforme a lei) não seria vantajoso para as mães. Apesar disso, a empresa poderia ter interesse em estimular a reprodução para manter seu quadro escravista após a proibição do tráfico transatlântico (1850), ainda que as mulheres resistissem à exploração de seus corpos e direitos reprodutivos.

Os registros médicos da companhia documentam casos de abortos, que poderiam ser espontâneos (devido ao trabalho extenuante) ou induzidos, já que mulheres escravizadas, especialmente as mais velhas, possuíam conhecimento sobre o uso de ervas para interromper gestações (Machado, 2018). Contudo, as fontes não permitem precisar a frequência ou intencionalidade desses casos. Conforme os dados da Tabela 3, os abortos registrados variaram entre 3 e 6 casos anuais, com oscilações significativas nas ocorrências de doenças uterinas.

Tabela 3 – Casos de abortos e doenças uterinas registrados em *Morro Velho* (1867-1873)

Ano	Abortos	Doenças uterinas
1867	4	6
1868	4	18

Ano	Abortos	Doenças uterinas
1869	6	2
1871	3	–
1871/72	6	–
1872	4	–
1873	–	–

Fonte: relatórios médicos da *Saint John D'El Rey Mining Company*, 1867-1873.

A ausência desses registros após 1873 sugere mudanças nos critérios de notificação ou no enfoque médico da empresa. Além disso, os dados não especificam se os casos envolviam escravizadas da companhia, alugadas ou trabalhadoras livres, nem detalham o gênero dos pacientes, limitando análises sobre a relação entre trabalho escravo e saúde feminina. A lista de internações do hospital inclui mais de 80 enfermidades, como abscessos, bronquite, contusões, cólicas e doenças gastrointestinais. A falta de associação entre diagnóstico, gênero e condição social impede uma análise mais detalhada do perfil de saúde das mulheres, especialmente quanto às consequências do trabalho forçado.³⁰

Essa lacuna reforça a necessidade de interpretar os dados com cautela, considerando que a resistência reprodutiva das mulheres escravizadas — seja por abortos induzidos, seja pela recusa em engravidar — pode ter sido uma forma de contestar o sistema escravista, alinhada às tradições africanas que valorizavam a maternidade como ato de prosperidade, não de exploração (Machado, 2018).

A saúde das mulheres em *Morro Velho* era diretamente influenciada pelas funções que desempenhavam no complexo de mineração. Envolvidas principalmente no processo de redução do minério e na amalgamação — etapa que utilizava mercúrio para separar o ouro —, elas realizavam tarefas físicas exigentes, como o transporte, a lavagem, a trituração de rochas e o manuseio de substâncias tóxicas. Essas atividades, somadas à falta de equipamentos de proteção adequados, contribuía para o desgaste físico e aumentavam os riscos de doenças respiratórias, intoxicações por mercúrio e lesões osteomusculares. Embora a companhia disponibilizasse um hospital para atendimento médico, a natureza exaustiva do trabalho e a exposição contínua a agentes prejudiciais à saúde mantinham as mulheres vulneráveis a problemas crônicos. A alta mortalidade e os baixos índices de natalidade entre as trabalhadoras de *Morro Velho* refletem, portanto, as duras condições de trabalho e a centralidade de sua atuação em um sistema produtivo que dependia fortemente de sua mão de obra, mas que pouco fazia para mitigar os impactos físicos de suas funções.

³⁰ Saint John d'El Rey Mining Company, 1867-1873.

Considerações finais

A participação das mulheres na *Mina de Morro Velho*, explorada pela *Saint John d'El Rey Mining Company* no século XIX, revela uma história marcada por contradições, resistências e a luta por autonomia em um sistema profundamente desigual. Este estudo demonstrou que as mulheres, tanto escravizadas quanto forras, desempenharam papéis fundamentais no ciclo produtivo da mineração. Sua atuação foi indispensável nas etapas de superfície, que iam do transporte e seleção do material bruto até o complexo processamento que resultava no ouro, mesmo que suas contribuições tenham sido sistematicamente minimizadas nos registros oficiais. A análise crítica de fontes como relatórios da companhia, registros médicos e relatos de viajantes permitiu resgatar trajetórias que contestam as narrativas que reduzem suas atuações e o trabalho no período, destacando a centralidade das mulheres em um ambiente laboral dominado por homens (Scott, 1986; Libby, 1988).

Os dados quantitativos, como o aumento de 54 para 104 mulheres escravizadas trabalhando na mina entre 1835 e 1839, além de sua crescente ocupação até 1885, evidenciam não só sua presença massiva, bem como a dependência da empresa em relação à sua força de trabalho em atividades críticas, como o transporte de minérios e a operação de máquinas. Ao adotar o gênero como categoria analítica, conforme proposto por Scott (1986), este estudo contribui para desnaturalizar narrativas que marginalizam as experiências femininas, oferecendo novas perspectivas sobre a história do trabalho. A pesquisa estabeleceu um diálogo crítico com autores como Libby (1988) e Eakin (1989), cujas análises sobre a mineração brasileira ganharam profundidade ao incorporar as dimensões de gênero e raça. Essa abordagem preenche lacunas historiográficas e evidencia as múltiplas opressões enfrentadas por essas mulheres, cujos corpos e trabalhos foram simultaneamente explorados e invisibilizados.

A relevância contemporânea deste estudo reside em seu diálogo com debates atuais sobre desigualdade de gênero, saúde ocupacional e justiça social. As condições de saúde das mulheres escravizadas, marcadas por abortos, doenças uterinas e exaustão física, fazem parte de discussões modernas sobre direitos reprodutivos e exploração laboral. Além disso, a invisibilidade imposta às mulheres nos registros históricos reflete um problema persistente: a sub-representação de vozes marginalizadas nas narrativas oficiais, que ainda hoje demanda revisões críticas e inclusivas (Scott, 1986).

Para estudos futuros, recomenda-se explorar as experiências de mulheres estrangeiras vinculadas à companhia, como esposas e filhas de funcionários, cujas interações com a comunidade local podem revelar outras relações das hierarquias sociais. Abordagens

interdisciplinares, combinando antropologia histórica e estudos pós-coloniais, podem enriquecer a compreensão das interseções entre gênero, raça e classe nesse contexto.

Por fim, este artigo reforça a necessidade de incluir as mulheres não como figuras passivas da história, mas como agentes que moldaram ativamente realidades sociais e econômicas. Suas trajetórias, embora apagadas, são essenciais para compreender as dinâmicas de poder e resistência que definiram o Brasil oitocentista e continuam a reverberar no presente. Ao resgatar essas histórias, a historiografia procura corrigir omissões do passado e oferecer ferramentas para construir futuros mais equitativos.

Referências

ALVES, Débora Bendocchi. Ernst Hasenclever em Gongo-Soco: exploração inglesa nas minas de ouro em Minas Gerais no século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 281–298, 2014.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Trabalhos de escravos na paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, nas Gerais, 1822. In: 10º Encontro Regional de História/ANPUH-MG/Minas, 1996, Mariana – MG. **Anais 10º Encontro Regional de História/ANPUH-MG/Minas**, Trezentos anos: um balanço historiográfico. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1996. v. 6.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Saterb, 1971.

BARTOLETTI, Susan Campbell. **Growing Up in Coal Country**. New York: Houghton Mifflin Company, 1999. p. 128.

BUNBURY, Sir Charles James Fox. **Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: (1833-1835)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1943.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Brasília: Senado Federal, 2001.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

CHERRY, Kittredge. **Womansword: What Japanese Words Say About Women**. Tokio: Kodansha International (JPN), 2002.

CHILDS, Matt D. Rituais de poder: escravos e senhores em uma mina de ouro do Brasil no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 29-30, p. 1-25, 2003.

COUTO, Ebenezer Pereira. Trajetória histórica da empresa mineração Morro Velho. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 5., 2003, São Paulo. **Anais do evento**. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PEDRO, Joana M.; PINSKY, Carla B. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

EAKIN, Marshall. **British enterprise in Brazil: The St. John d'El Rey Mining Company and the Morro Velho Mine, 1830-1960**. Durham: Duke University Press, 1989.

EUGÊNIO, Alisson. Governo dos escravos na mina de Morro Velho 1835-1888. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 151-182, 2014.

FURTADO, Junia Ferreira. Mulheres escravas e forras na mineração no Brasil, século XVIII. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, n. 1, p. 1-49, 2020.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

GAZZOLA, Ana Lúcia Araújo. O Brasil de Marianne North: lembranças de uma viajante inglesa. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 1031-1045, 2008.

GIBBON, Peter. **Liberalized Development in Tanzania: Studies on Accumulation Processes and Local Institutions**. Suécia: Nordic Africa Institute, 1995.

GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho: a extração do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais do século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the Wind: Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, v. 12, p. 43-56, 1995.

LIBBY, Douglas Cole. **O trabalho escravo na Mina de Morro Velho**. 1979. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. **Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

LIBBY, Douglas Cole. Sociedade e cultura escravistas como obstáculos ao desenvolvimento econômico: notas sobre o Brasil oitocentista. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 445-476, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MACHADO, Maria Helena P. T. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da escravidão e da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MAIA, Andréa Casa Nova. Outro inferno de Dante numa mina de ouro na época de Vargas: Nova Lima, Minas Gerais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1197-1214, 2014.

NORTH, Marianne. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1875.

RÉ, Henrique Antônio. O trabalho escravo nas companhias inglesas de mineração em Minas Gerais: uma situação desafiadora para o antiescravismo britânico, 1840-1883. **Almanack**, Guarulhos, n. 24, p. 1-30, 2020.

SAINT JOHN D'EL REY MINING COMPANY. **Annual Report**. Londres: R. Clay, 1836.

SAINT JOHN D'EL REY MINING COMPANY. **Annual Report**. Londres: R. Clay, 1840.

SAINT JOHN D'EL REY MINING COMPANY. **Annual Report**. Londres: R. Clay, 1844.

SAINT JOHN D'EL REY MINING COMPANY. **Annual Report**. Londres: R. Clay, 1867-1874.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOARES, Cecilia Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 57-71, 1996.

SOUZA, Rafael de Freitas e. Representação contra o diretor da Saint John d'El Rey Mining Company, Limited (Morro Velho) 1861. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 423-437, 2012.

SOUZA, Rafael de Freitas e. **Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais**: a Mina da Passagem de Mariana. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.